

***ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS E PROJETO SIMPLIFICADO
PARA REGULARIZAÇÃO IMOBILIÁRIA DAS ESCOLAS
ESTADUAIS***

MODELO DE DECRETO MUNICIPAL

DECRETO Nº [NÚMERO DO DECRETO] /[ANO]

Regulamenta os processos de regularização imobiliária de imóveis destinados à educação pública estadual no Município de [NOME DO MUNICÍPIO], estabelecendo a isenção de taxas e a aprovação de projeto simplificado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE [NOME DO MUNICÍPIO], ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente, e considerando a importância da cooperação federativa na promoção da educação pública de qualidade e na legalização do patrimônio público,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a isenção de taxas e o procedimento de aprovação de projeto simplificado para a regularização imobiliária de imóveis destinados exclusivamente à educação pública estadual, no âmbito do Município de [NOME DO MUNICÍPIO].

CAPÍTULO II

DA ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS

Art. 2º Os processos de regularização imobiliária referentes aos imóveis de titularidade do Estado do Paraná, desde que vinculados à Secretaria de Estado da Educação – SEED/PR, ficam isentos do pagamento de taxas e emolumentos municipais.

Parágrafo único. A isenção prevista no caput deste artigo compreende as seguintes taxas, entre outras que possam ser exigidas:

- I - Taxa de abertura de processos administrativos;
- II - Taxa de análise e aprovação de projeto técnico;

III - Taxa de emissão de alvarás e quaisquer outros documentos correlatos aos procedimentos de regularização, incluindo Alvará de Regularização e Habite-se/Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras (CVCO).

Art. 3º A isenção de que trata esta Lei será concedida mediante requerimento formal apresentado pelo órgão estadual competente, acompanhado da documentação comprobatória da destinação educacional do imóvel.

CAPÍTULO III

DO PROJETO E APROVAÇÃO SIMPLIFICADA

Art. 4º Para os fins de regularização de edificações existentes destinadas à educação pública estadual, será admitida a apresentação de Projeto Arquitetônico Simplificado.

§ 1º O Projeto Arquitetônico Simplificado consistirá em um conjunto de peças gráficas que deverão demonstrar, de forma clara e suficiente, as dimensões externas da edificação, sua implantação no terreno, a volumetria e os demais parâmetros urbanísticos relevantes, sempre considerando a finalidade educacional e o uso público do imóvel.

§ 2º Para a aprovação do Projeto Arquitetônico Simplificado, fica expressamente dispensada a exigência de representação detalhada dos compartimentos internos, suas dimensões e destinações, visando a celeridade e padronização da análise técnica municipal.

Art. 5º A aprovação do Projeto Arquitetônico Simplificado, a emissão do Alvará de Regularização e do Habite-se (ou CVCO) para as escolas estaduais seguirão um rito processual simplificado, que priorizará a análise da conformidade urbanística da edificação existente, sua implantação no lote, a materialidade principal da construção e sua idade aparente, garantindo o reconhecimento da condição de preexistência das edificações escolares.

§ 1º O Alvará de Regularização será o documento expedido pelo Município para formalizar a conformidade legal da edificação já existente com as legislações e normas técnicas vigentes, e terá um modelo objetivo e adaptado às particularidades das unidades escolares.

§ 2º O Habite-se (CVCO), poderá ser expedido juntamente com um termo de ajuste de conduta, o qual firma o compromisso de adaptação das edificações para os parâmetros de uso atuais, de acordo com a disponibilidade de recursos para tais fins.

Art. 6º Fica dispensada a exigência de cadastro prévio e autônomo dos responsáveis técnicos pelos projetos de regularização de que trata este Decreto, sendo os serviços prestados em caráter esporádico à Secretaria de Estado da Educação do Paraná para os fins de regularização de imóveis educacionais.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de [NOME DA SECRETARIA RESPONSÁVEL PELO URBANISMO/OBRAS].

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

[LOCAL], [DATA].

[NOME DO PREFEITO/PREFEITA] Prefeito(a) Municipal